



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

1ª VARA CÍVEL DE ARACAJU DA COMARCA DE ARACAJU
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

Dados do Processo

Processo: 201910100877	Distribuição: 17/06/2019
Número Único: 0031657-23.2019.8.25.0001	Competência: 1ª Vara Cível de Aracaju
Classe: Procedimento Comum	Fase: POSTULACAO
Situação: Andamento	Processo Principal: *****
Processo Origem: *****	

Assuntos

- DIREITO CIVIL - Responsabilidade Civil - Seguro Obrigatório - Invalidez

Dados das Partes

Requerente: CARLOS ROBERTO MENESES ALVES
Endereço: RUA SANTA ROSA DE LIMA
Complemento:
Bairro: JOSÉ CONRADO DE ARAÚJO
Cidade: ARACAJU - Estado: SE - CEP: 49085360
Advogado(a): EMILLY SAMITA DA ANUNCIAÇÃO SODRÉ 11780/SE
Advogado(a): PAULO HENRIQUE DE AMORIM THIESSEN 8178/SE
Requerido: SEGURADORA LIDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT
Endereço: Rua Senador Dantas
Complemento:
Bairro: Centro
Cidade: Rio de Janeiro - Estado: RJ - CEP: 20031205



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

1ª VARA CÍVEL DE ARACAJU DA COMARCA DE ARACAJU
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

Processos Apensados:

--

Processos Dependentes:

--



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

1ª VARA CÍVEL DE ARACAJU DA COMARCA DE ARACAJU
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201910100877

DATA:

17/06/2019

MOVIMENTO:

Distribuição

DESCRIÇÃO:

Registro eletrônico de Processo Judicial sob nº 201910100877, referente ao protocolo nº 20190617213606630, do dia 17/06/2019, às 21h36min, denominado Procedimento Comum, de Invalidez.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Sim

EXCELENTÍSSIMO JUÍZO DA __ VARA CÍVEL DA COMARCA DE ARACAJU, ESTADO DE SERGIPE.

CARLOS ROBERTO MENESES ALVES, divorciado, pintor, CPF n. 517.181.895-91, RG n. 3.052.004-5 2ª Via SSP/SE, residente e domiciliado na Rua Santa Rosa de Lima, nº 53, Bairro José Conrado de Araújo, Aracaju/SE, CEP: 49075-540, vem por meio de seus advogados subscritores (DOC 01) perante este Douto Juízo propor

AÇÃO DE COBRANÇA

em face da **SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.**, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ nº 09.248.608/0001-04, com sede na Rua Senador Dantas, nº 74, 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 20.031-205, pelas razões de fato e de direito a seguir delineadas:

1. DOS FATOS.

A parte autora, **no dia 09/08/2017**, conforme consta no registro de ocorrência policial, estava conduzindo sua motocicleta BULL KRC50, pela A. José da Silva Ribeiro Filho, sentido leste/oeste pela faixa da direita, quando foi abalroado por um veículo desconhecido, cujo havia invadido sua via preferencial, o que causou a colisão. Na batida, o Autor caiu da moto e quebrou o braço direito, sofreu um corte na cabeça, além de diversas escoriações.

Logo em seguida do acidente sofrido, o requerente foi resgatado pelo SAMU no local e levado para o Hospital de Urgência de Sergipe – HUSE, no qual **foi identificado**:

Histórico clínico: vítima de acidente de trânsito, apresentando trauma contuso do antebraço direito com fratura do osso da ulna, sendo atendido e liberado no dia 09/08/2017. Retornou dia 15/08/2017 encaminhado da UPA Nestor Piva, quando foi orientada conduta cirúrgica e liberado para casa a fim de aguardar procedimento. Dia 29/08/2017 foi admitido e reencaminhado tratamento conservador sob anestesia, sem intercorrência. Recebeu alta hospitalar no dia 30/08/2017, com devida orientação.

Apesar de todo o tratamento para recuperação do seu antebraço direito, entretanto, como consequência do acidente, restaram sequelas no Autor referente às **limitações de movimento do seu membro superior**. Ou seja, as atividades mais simples do dia a dia, como pegar objetos pesados, praticar algum exercício físico e trabalhar tornaram-se atividades tormentosas de serem desempenhadas em virtude da sensibilidade do seu joelho esquerdo ao realizar tais movimentos do cotidiano, em especial em sua profissão, que é a de pintor, em que precisa de muitos movimentos braçais.

Lembrando-se que havia a possibilidade de ser ressarcido pelo Seguro DPVAT, foi conferir se havia pago seu prêmio para o exercício daquele ano de 2017. Ao ver que não, ficou-se surpreso, pois sempre paga os prêmios desde que adquiriu seu veículo. Assim, resolveu pagar retroativamente o exercício do ano de 2017. Dessa forma, o acidente sofrido ocorreu em 09/08/2017 e o pagamento do prêmio para o ano exercício de 2017 ocorreu em 15/08/2017, conforme comprovante de pagamento acostado aos autos emitido pela própria Seguradora.

Portanto, consciente dos seus direitos garantidos por Lei, o segurado buscou amparo através do pedido de indenização junto à Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT, **tendo feito seu requerimento em 09/05/2018**. Preenchendo os requisitos para o recebimento da indenização, o autor encaminhou seu pedido juntamente com os documentos pertinentes, legalmente previstos e que são costumeiramente solicitados pela Ré, requerendo administrativamente a quantia a que faz jus em decorrência do Seguro Obrigatório DPVAT Invalidez. **O pedido inicialmente foi autuado com o número de sinistro 3180363837.**

Certo do recebimento da indenização em conformidade com a gravidade de sua invalidez, a parte autora aguardou resposta da Ré. **Quão surpreso ficou ao ser informado que sua solicitação havia sido cancelada em razão da inadimplência! Ora, seu pedido sequer foi analisado, sequer passou pela perícia! Foi simplesmente negado!**

De acordo com documento anexado, a ré negou a indenização sob a justificativa de que “trata-se de vítima/beneficiária proprietária inadimplente, não havendo indenização pelo Seguro DPVAT, conforme Resolução CNSP 332/15”.

Tal entendimento não é condizente com a previsão legal e com a seriedade da lesão sofrida.

Como já mencionado, o demandante permaneceu com sérias limitações desencadeadas pela lesão ocorrida no acidente de trânsito, recebeu atendimento que a constatou, foi diagnosticado e tratado e, mesmo assim, restou com acentuadas limitações físicas, comprometendo de forma irreversível a realização de atividades cotidianas simples, bem como o desempenho de determinadas funções que poderia almejar.

Destarte, patente os prejuízos sofridos, recorre à justiça.

2. DO DIREITO AO SEGURO DPVAT

A parte Autora ajuizou a presente ação fundada no direito assegurado pela Lei nº 6.194/74, que dispõe sobre o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de via terrestre. O Seguro DPVAT, como é comumente conhecido, cumpre relevante função social, haja vista dar amparo mínimo às pessoas vítimas de acidente de trânsito, responsabilidade reconhecida pelo legislador pelos riscos existentes no trânsito.

A referida Lei trouxe a **obrigatoriedade** do pagamento de indenização como seguro de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não (Art. 2º, da Lei nº 6.194/74, que altera o art. 20, do Decreto-lei nº 73/1966). Ou seja, o seguro é obrigatório, abrangendo todas as pessoas acidentadas na via terrestre.

Atualmente, a Seguradora Líder é a administradora do Seguro DPVAT, ao qual ela mesma descreve como sendo um ‘*instrumento de proteção social*’ reconhecido por mais de 208 milhões de brasileiros e que ‘beneficia, particularmente, a população de baixa renda, que tradicionalmente não possui acesso facilitado a outros mecanismos de proteção, como planos de saúde privados e seguros para veículos automotores’.

O art. 3º da Lei nº 6.194/74 estabelece que **os danos pessoais cobertos pelo Seguro DPVAT compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementar, *in verbis*:**

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada: I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte; II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.

No presente caso, o Autor foi abalroado por um outro veículo que invadiu sua preferência, o que o levou a cair da moto e lesionar profundamente seu joelho esquerdo, além de ter sofrido escoriações pelo corpo, acarretando nas consequências supramencionadas nos Fatos, a saber, **a invalidez de seu antebraço direito**. Os documentos anexados nesta exordial provam de forma inequívoca que houve o acidente de trânsito, fazendo jus a parte autora ao recebimento do seguro obrigatório, nos termos do art. 5º da Lei nº 6.194/74, vejamos:

Art. 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

Assim, **foi requerido o benefício obrigatório pela via administrativa, o qual lhe fora cancelado**, sob a justificativa da inadimplência do segurado à época do acidente. Ora, tal afirmativa não condiz com a justiça, necessitando de reconhecimento deste douto juízo da obrigatoriedade do pagamento indenizatório da Ré no caso *in quaestio*, o que de pronto se requer.

3. DA OBRIGATORIEDADE DA COBERTURA DE ACIDENTE QUE OCORREU DURANTE A INADIMPLÊNCIA DO PRÊMIO. INAPLICABILIDADE DA RESOLUÇÃO Nº 273/2012 E DA RESOLUÇÃO Nº 332/2015, AMBAS DO CNSP. Inteligência da Súmula nº 257 do STJ.

Sabe-se que o pagamento da indenização do Seguro DPVAT é obrigatório para os casos em que há acidentes causados por veículos automotores de via terrestre,

ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não (Art. 2º, da Lei nº 6.194/74, que altera o art. 20, do Decreto-lei nº 73/1966). Ou seja, o seguro é obrigatório, abrangendo todas as pessoas acidentadas na via terrestre. Esse pagamento, quando há a descrição do veículo envolvido no acidente, está vinculado, entretanto, ao pagamento do prêmio do exercício do seguro daquele ano. *In quaestio*, o ano de 2017.

No caso em comento, **o requerimento do benefício foi cancelado sem sequer passar por análise pericial sob a afirmativa de que o segurado não estaria coberto pela indenização do Seguro DPVAT em razão do seu inadimplemento à data do acidente sofrido, ainda que tivesse sido pago o prêmio pouco tempo após, ainda referente ao exercício daquele ano.** Assim, o acidente ocorreu em 09/08/2017, a quitação do prêmio referente ao ano de 2017 se deu em 15/08/2017 e o requerimento administrativo do benefício indenizatório foi feito em 09/05/2018.

Entretanto, **essa justificativa não merece conformismo**, razão pela qual se busca as vias judiciais.

Explico.

A fundamentação trazida pela Ré para o não pagamento de indenização a segurado inadimplente se pauta numa Resolução do Conselho Nacional de Seguros Privados nº 332, datada de 2015, que retira do proprietário inadimplente o direito a receber indenização por seus danos pessoais do Seguro DPVAT. Da mesma forma, a Resolução nº 273, também do CNSP, dispõe de forma semelhante sobre o não pagamento de indenização às vítimas proprietárias dos veículos que se envolveram em acidente de trânsito. Acontece que **essas Resoluções vão de encontro com a Lei nº 6.194/74, especificamente em seu art. 7º**, que afirma:

Art. 7º. A indenização por pessoa vitimada por veículo não identificado, com seguradora não identificada, seguro não realizado ou vencido, será paga nos mesmos valores, condições e prazos dos demais casos por um consórcio constituído, obrigatoriamente, por todas as sociedades seguradoras que operem no seguro objeto desta lei.

Estamos diante de um conflito de normas em que uma é hierarquicamente superior às outras. De acordo com a hierarquia das normas no ordenamento jurídico pátrio, temos que **uma Resolução de um Conselho não está acima de uma Lei Federal. Por isso ser inaplicável concretamente**, ainda que seja editada posteriormente a essa lei.

Além disso, a **Súmula nº 257** do Superior Tribunal de Justiça, ainda em plena vigência, afirma categoricamente:

Súmula n. 257. A falta de pagamento do prêmio do seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de vias terrestres (DPVAT) **não é motivo para a recusa do pagamento da indenização.**

Ou seja, **agiu de forma errônea a Seguradora ao sequer avaliar o processo do Autor, cancelando-o de pronto**, sob a justificativa da inadimplência à data do acidente e embasando sua decisão na Resolução supramencionada.

Além disso, trata-se de segurado que pagou o prêmio após o sinistro, na esperança de poder obter os valores indenizatórios com a cobertura 'retroativa', sendo pessoa carente financeiramente e prejudicada severamente com o acidente sofrido, conforme será comprovado em exame pericial que fica desde já requerido, fazendo jus ao seguro DPVAT ainda que seja vítima proprietária do veículo e que esteve inadimplente à data do sinistro.

Ademais, assim tem entendido de forma louvável o nosso egrégio Tribunal de Justiça Sergipano, segundo as jurisprudências mais recentes sobre casos semelhantes:

APELAÇÕES CÍVEIS – AÇÃO DE COMPLEMENTAÇÃO DO SEGURO DPVAT C/C PEDIDO DE DANO MORAL – PRELIMINAR DE INCOMPETÊNCIA DOS JUIZADOS POR COMPLEXIDADE DA CAUSA – VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO APTA A RECEBER A DEMANDA – PRELIMINAR DE FALTA DE INTERESSE DE AGIR – ACESSO AO PODER JUDICIÁRIO GARANTIDO PELO ART. 5º, XXXV DA CF – MÉRITO – **ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE COBERTURA ANTE A INEXISTÊNCIA DO PAGAMENTO DE PRÊMIO DO SEGURO – SÚMULA 257 DO STJ – A FALTA DE PAGAMENTO DO PRÊMIO DO SEGURO DPVAT NÃO AMPARA A RECUSA DO PAGAMENTO DA INDENIZAÇÃO – ART. 7º DA LEI 6.194/74 – INAPLICABILIDADE DA RESOLUÇÃO 273/2012 DO CNSP – INCIDÊNCIA DA CORREÇÃO MONETÁRIA – TERMO INICIAL – DATA DO EVENTO DANOSO – ENTENDIMENTO PROFERIDO PELO STJ, EM SEDE DE RECURSO REPETITIVO, NO JULGAMENTO DO RESP 1.483.620-SC – DANOS MORAIS NÃO CONFIGURADOS – SENTENÇA MANTIDA – HONORÁRIOS RECURSAIS – RECURSOS CONHECIDOS PARA LHE NEGAR PROVIMENTO – DECISÃO UNÂNIME. (Apelação Cível nº 201800829840 nº único0044122-35.2017.8.25.0001 - 2ª CÂMARA CÍVEL, Tribunal de Justiça de Sergipe - Relator(a): Alberto Romeu Gouveia Leite - Julgado em 26/02/2019)**

APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT – **ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE COBERTURA**

ANTE A INEXISTÊNCIA DO PAGAMENTO DE PRÊMIO DO SEGURO – SÚMULA 257 DO STJ – A FALTA DE PAGAMENTO DO PRÊMIO DO SEGURO DPVAT NÃO AMPARA A RECUSA DO PAGAMENTO DA INDENIZAÇÃO – VÍTIMA PROPRIETÁRIA DO VEÍCULO – ART. 7º DA LEI 6.194/74 – INAPLICABILIDADE DA RESOLUÇÃO 273/2012 DO CNSP – INCIDÊNCIA DA CORREÇÃO MONETÁRIA – TERMO INICIAL – DATA DO EVENTO DANOSO – ENTENDIMENTO PROFERIDO PELO STJ, EM SEDE DE RECURSO REPETITIVO, NO JULGAMENTO DO RESP 1.483.620-SC – SENTENÇA MANTIDA – HONORÁRIOS RECURSAIS – SENTENÇA QUE ARBITROU HONORÁRIOS EM GRAU MÁXIMO – RECURSO CONHECIDO PARA LHE NEGAR PROVIMENTO – DECISÃO UNÂNIME. (Apelação Cível nº 201800819978 nº único0031731-48.2017.8.25.0001 - 2ª CÂMARA CÍVEL, Tribunal de Justiça de Sergipe - Relator(a): Alberto Romeu Gouveia Leite - Julgado em 13/11/2018)

Desta feita, demonstrado o direito a receber os valores indenizatórios do Seguro DPVAT da vítima proprietária do veículo envolvido em acidente, ainda que estivesse inadimplente à época do sinistro, à luz da teoria da hierarquia das normas, do art. 7º da Lei nº 6.194/74 e a Súmula nº 257 do STJ, nada mais resta a não ser o reconhecimento da responsabilidade de indenizar do Seguro DPVAT no caso *in quaestio* e sua consequente condenação à obrigação de pagar o valor calculado proporcionalmente à invalidez sofrida a ser analisada por perito judicial, o que de pronto se requer como forma de justiça.

4. DA CORREÇÃO DE VALORES E ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA DESDE A DATA DO EVENTO DANOSO – Súmula nº 43 do STJ

Os documentos apresentados fazem provas suficientes da incapacidade sofrida pelo Requerente, devendo ser reconhecido o direito à indenização obrigatória proporcional à invalidez permanente ocasionada pelo acidente envolvendo veículo automotor de via terrestre, **devendo também ser reconhecida a incidência de juros a partir da citação e a correção monetária a partir do evento danoso, a saber, em 09/08/2017, segundo Boletim de Ocorrência anexado.**

Como é sabido, a Medida Provisória nº 340/2006 alterou o valor para pagamento das indenizações do seguro obrigatório DPVAT de 40 (quarenta) salários-mínimos para o limite de R\$13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) – para os casos de morte e invalidez permanente conforme percentagem tabelada. Posteriormente, essa Medida Provisória foi convertida na Lei nº 11.482/2007 que fixou os valores já reajustados e, desde então, jamais houve correção, ou atualização, sofrendo a inevitável e progressiva deterioração pela inflação. Assim, os valores de indenização continuaram

congelados segundo os cálculos realizados pelo legislador diante da realidade do ano de 2006, valores que seriam suficientes para suprir os danos pessoais outrora.

Como parâmetro de comparação da necessidade de atualização dos valores da indenização trazidas pela Medida Provisória nº 340/2006, observa-se os salários mínimos vigentes naquela época e atualmente, que representam superficialmente a diferença gritante da realidade social: em 2006, o s.m. girava na monta de R\$350,00 (trezentos e cinquenta reais); já no ano de 2019, o s.m. foi fixado em R\$998,00 (novecentos e noventa e oito reais) – **um aumento de 285,14% (duzentos e oitenta e cinco por cento) em 13 (treze) anos**. O que se poderia adquirir há 13 anos com R\$350,00 (trezentos e cinquenta reais), hoje é necessário de R\$998,00 (novecentos e noventa e oito reais). Da mesma forma, **o valor da indenização do Seguro DPVAT não é mais suficiente para a reparação digna dos danos pessoais sofridos**, como compensar valores relacionados à limitação permanente da capacidade laborativa do segurado.

Assim, a correção monetária a partir do evento danoso, desde 09/08/2017, é medida que se faz urgente, sendo reconhecida até mesmo pela jurisprudência consolidada do Superior Tribunal de Justiça:

Súmula 43, STJ. **Incide correção monetária sobre dívida por ato ilícito a partir da data do efetivo prejuízo.**

SEGURO DPVAT. CORREÇÃO MONETÁRIA DA INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA. TERMO INICIAL. DATA DO EVENTO DANOSO. AGRAVO DESPROVIDO. 1. É inviável o conhecimento de alegada violação a dispositivos constitucionais por se tratar de matéria reservada à análise do Supremo Tribunal Federal. 2. **A correção monetária da indenização decorrente do seguro DPVAT** (artigos 3º e 5º da Lei 6.194 /74 com a redação dada pela Lei 11.482 /2007, na qual convertida a Medida Provisória 340/2006), consoante orientação jurisprudencial desta Corte, **deve incidir a partir da data do evento danoso até o dia do pagamento, à luz da Súmula 43/STJ**. Entendimento sedimentado pelo rito do art. 543-C do CPC . 3. Agravo regimental parcialmente conhecido, e, nessa parte, desprovido. (STJ. AgRg no REsp nº 1470320 SC 2014/0180911-2. Relator: Min. Marco Buzzi. T4 – Quarta Turma. Data do Julgamento: 22/09/2015; Data de Publicação: DJe 29/09/2015).

Isso porque a correção visa manter o poder aquisitivo da moeda vigente no país, meio circulante de curso forçado com efeito liberatório das obrigações avençadas, cujo valor efetivo visa estabilizá-la como meio de troca econômica.

Sendo assim, sempre que houver depreciação monetária entre o momento da fixação do montante pecuniário da indenização e o instante do pagamento, a expressão

nominal do dinheiro deve ser reajustada para que continue a traduzir o valor intrínseco do dano a reparar. Por isso, **o Autor deve receber seu valor indenizatório proporcional à invalidez permanente causada com correção monetária, atualização de valores e juros de mora, com o início da sua incidência se dê desde a data do acidente sofrido, ou seja, em 09/08/2017, o que logo se requer como medida de justiça.**

5. DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO

O Código de Processo Civil, em seu art. 334, estabelece que o juiz designará audiência de conciliação nos casos de preenchimento dos requisitos essenciais da petição inicial ou não improcedência liminar do pedido. Entretanto, o §4º traz a hipótese de não realização dessa audiência quando as partes manifestarem expressamente o desinteresse na composição consensual.

O presente caso se trata de ação de cobrança do Seguro DPVAT em razão de invalidez decorrente de acidente envolvendo veículo automotor de via terrestre, sendo necessária perícia média para comprovação do grau de invalidez, o que impossibilita um acordo conciliatório. Dessa forma, **o Autor manifesta expressamente seu desinteresse na composição consensual, com base o art. 334, §4º do Novo Código de Processo Civil.**

6. REQUERIMENTOS

Ante ao exposto, requer:

a) Que seja concedido o benefício da **justiça gratuita**, à luz dos arts. 98 e 99 do Código de Processo Civil/2015;

b) Que a Ré seja citada para, querendo, contestar a inicial, sob pena de se aplicarem os efeitos da revelia;

c) a **PROCEDÊNCIA INTEGRAL** da presente ação, **condenando a Ré ao pagamento da indenização referente ao Seguro DPVAT ao Autor**, proporcional ao seu grau de invalidez conforme será demonstrado por perícia médica judicial, **corrigida e atualizada desde a data do acidente, a saber, 09/08/2017 e com a aplicação dos juros de mora;**

d) seja realizada **perícia médica** para avaliar o percentual de perda de um dos membros inferiores e superiores, a fim de calcular o valor exato a ser majorado por este juízo, cujos quesitos seguem abaixo, para serem respondidos pelo experto:

1. O Autor apresenta algum tipo de dano no braço direito? Se sim, qual?
2. O Autor apresenta algum outro tipo de dano decorrente do acidente?
3. Estes danos resultaram em alguma incapacidade?
4. Esta incapacidade é temporária ou permanente? Parcial ou total? Em que grau (%) ela afetou a funcionalidade dos membros do Autor?

e) seja a ré condenada ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, arbitrados à razão de 20% sobre o valor da condenação, do art. 85 do CPC;

Por fim, reclama a produção de prova por todos os meios de boa-fé em direito admitidos, em especial a documental, pericial e por meio do depoimento pessoal do Autor.

Dar-se à causa valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Aracaju/SE, 17 de junho de 2019.

Paulo Thiessen
OAB/SE 8.178

Émilly Samita A. Sodré
OAB/SE 11.780

Vinícius Gonçalves
OAB/SE 11.459

DOCUMENTOS *APUD* À INICIAL

DOC 01. Procuração Carlos Roberto Meneses Alves.

DOC 02. Documentos Pessoais Carlos Roberto Meneses Alves.

ANEXO 01. Declaração de Hipossuficiência Econômica

ANEXO 02. Documentos DPVAT (Boletim de Ocorrência, Requerimentos e Declarações)

ANEXO 03. Prontuários, Relatórios e Exames.

PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: Carlos Roberto Meneses Fhus (nome),
Divorciado (estado civil), Advogado (profissão),
517.181.895-91 (CPF), R. Santa Rosa de Lima nº 53
B. José Manoel de Araújo - Jatofo - SE (endereço de domicílio e residência).

OUTORGADO: PAULO HENRIQUE DE AMORIM THIESSEN, solteiro, advogado, OAB/SE n. 8.178, CPF n. 016.070.715-33, com endereço profissional na rua Pacatuba, 333, centro, sala 07, CEP n. 49010-150, Aracaju/SE.

PODERES: O(s) outorgante(s) confere(m) ao(s) outorgado(s) os poderes da cláusula "AD JUDITIA ET AD EXTRA" na sua plenitude para o foro em geral e mais os especiais contidos no art. 105 do NCPC, para representar o(s) outorgante(s) em todos os graus de jurisdição, perante qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, em todas as ações em que seja(m) autor(es) ou réu(s), assistente(s) ou oponente(s), usando dos recursos legais e acompanhando os contrários, podendo - para tanto - requerer e promover por via judicial, extrajudicial e administrativa, assinar termos de inventariante, primeiras declarações, tratar de todas as preliminares e incidentes, apelar, agravar ou embargar qualquer despacho ou sentença, produzir provas, inquirir testemunhas, requerer depoimento pessoal, contestar, acompanhar e responder por qualquer ação, podendo confessar, reconhecer a procedência do pedido, desistir, renunciar o direito sobre que se funda a ação, transigir, firmar compromissos e acordos, nomear prepostos, receber e passar recibos, receber e dar quitação, representando e defendendo os interesses e direitos do(s) outorgante(s), inclusive perante repartições públicas e administração pública em geral, estabelecimentos bancários e comerciais, Receita Federal do Brasil, Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) agindo em conjunto ou separadamente, e ainda podendo substabelecer esta, com ou sem reservas de iguais poderes, dando tudo por bom, firme e valioso, praticando todos os atos que se fizerem necessários ao fiel cumprimento do presente mandato.

Aracaju/SE, 01 de abril de 2019.

Carlos Roberto Meneses Fhus

OUTORGANTE

SUBSTABELECIMENTO COM RESERVAS

Eu, **PAULO H. de A. THIESSEN**, advogado regularmente inscrito na OAB/SE sob o n. 8.178, com endereço profissional na Av. Jorge Amado, 1055, sala 02, Jardins, Aracaju/SE, **SUBSTABELEÇO COM RESERVAS** a **ÉMILLY SAMITA DA ANUNCIAÇÃO SODRÉ**, advogada regularmente inscrita na OAB/SE sob o n. 11.780, com endereço profissional na Rua Pacatuba, n. 333, Centro, Aracaju/SE, CEP 49010-150 os poderes que a mim foram outorgados por **CARLOS ROBERTO MENESES ALVES**, CPF n. 517.181.895-91, residente na Rua Santa Rosa de Lima, nº 53, Bairro José Conrado de Araújo, Aracaju/SE, CEP: 49075-540, nos termos da procuração outorgada, que hora se substabelece com reservas.

Aracaju/SE, 12 de junho de 2019.



Paulo Thiessen
OAB/SE 8.178

DOCUMENTO PARA PAGAMENTO

Documento sem valor fiscal.

Documento não é segunda-via de conta.

Boleto para simples pagamento da nota fiscal/conta de energia elétrica : N° 003.521.878



LUZ, IMAGINAÇÃO, REALIZAÇÃO

ENERGISA SERGIPE-DISTRIB.ENERGISA SA

Rua Min Apolonio Sales, 81 - Inacio Barbosa

Aracaju / SE - CEP 49040-150

CNPJ 13.017.462/0001-63 Insc.Est. 270.767.436

DADOS DO CLIENTE

ANA LUCIA DA SILVA
RUA SANTA ROSA DE LIMA 0053
ARACAJU

CDC - CÓDIGO DO CONSUMIDOR

3/60834-9

REFERÊNCIA

MAI/2018

APRESENTAÇÃO

15/05/2018

CONSUMO

86

VENCIMENTO

22/05/2018

TOTAL A PAGAR

R\$ 46,42

Acesse: www.energisa.com.br



DESTAQUE AQUI

ANA LUCIA DA SILVA

Roteiro: 07-001-180-1150

83650000000-2 46420148000-9 00608342018-9 05800001019-7

VENCIMENTO

22/05/2018

TOTAL A PAGAR

R\$ 46,42

MATRÍCULA

60834-2018-05-8



17 MAI 2018

Selo

DESTINATÁRIO:

CARLOS ROBERTO MENESES ALVES
RUA SANTA ROSA DE LIMA Nº53
SIQUEIRA CAMPOS
ARACAJU - SE

CEP: 49075 - 540



Banese

047-7

04794.30316 8542.000009 03399.047772 3 726300000037000

Recibo do Pagador

LOCAL DE PAGAMENTO		PAGÁVEL PREFERENCIALMENTE NA REDE BANESSE		VENCIMENTO		28/09/2017
BENEFICIÁRIO: BARRADAS & QUEIROZ GUARDA E TRANSPORTE DE VEÍCULOS LTDA - CNPJ: 05.084.218/0011-78		R DO CEMITERIO - SAN. BAIRRO: POVOADO PALESTINA DE BARRA - MISSA BENHORA DO SOCORROISE CEP: 48180-000		AGÊNCIA/COD. BENEFICIÁRIO		043/031035420
DATA DO DOCUMENTO		Nº DO DOCUMENTO		NOSSO NOME		0000000000
21/08/2017		349		21/08/2017		
USO DO BANCO		CARTEIRA	MOEDA	QUANTIDADE	VALOR	
		CS	R\$			
INSTRUÇÕES						
Título não deve ser protestado						
Referente a taxas de guinchamento e estadia, placa: QKW-1813						
CHAVE ASBACE: 43.031035420.000003399.047-77 BANESSE						
PAGADOR: CARLOS ROBERTO MENESES ALVES						
RUA SANTA ROSA DE LIMA Nº53						
ARACAJU SE 49075 - 540						
SACADOR/AVALISTA: SIQUEIRA CAMPOS						
CPF: 517.181.895-91						
AUTENTICAÇÃO MECÂNICA/ Cobrança						



PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: Carlos Roberto Mendes Alves (nome),
(estado civil), solteiro (profissão),
517.181.895-91 (CPF),
R. Sônia Rosa de Lima Aguiar nº 53 (endereço de domicílio e residência).

OUTORGADO: PAULO HENRIQUE DE AMORIM THIESSEN, solteiro, advogado, OAB/SE n. 8.178, CPF n. 016.070.715-33, com endereço profissional na rua Pacatuba, 333, centro, sala 07, CEP n. 49010-150, Aracaju/SE.

PODERES: O(s) outorgante(s) confere(m) ao(s) outorgado(s) os poderes da cláusula "AD JUDITIA ET AD EXTRA" na sua plenitude para o foro em geral e mais os especiais contidos no art. 105 do NCPD, para representar o(s) outorgante(s) em todos os graus de jurisdição, perante qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, em todas as ações em que seja(m) autor(es) ou réu(s), assistente(s) ou oponente(s), usando dos recursos legais e acompanhando os contrários, podendo - para tanto - requerer e promover por via judicial, extrajudicial e administrativa, assinar termos de inventariante, primeiras declarações, tratar de todas as preliminares e incidentes, apelar, agravar ou embargar qualquer despacho ou sentença, produzir provas, inquirir testemunhas, requerer depoimento pessoal, contestar, acompanhar e responder por qualquer ação, podendo confessar, reconhecer a procedência do pedido, desistir, renunciar o direito sobre que se funda a ação, transigir, firmar compromissos e acordos, nomear prepostos, receber e passar recibos, receber e dar quitação, representando e defendendo os interesses e direitos do(s) outorgante(s), inclusive perante repartições públicas e administração pública em geral, estabelecimentos bancários e comerciais, Receita Federal do Brasil, Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) agindo em conjunto ou separadamente, e ainda podendo substabelecer esta, com ou sem reservas de iguais poderes, dando tudo por bom, firme e valioso, praticando todos os atos que se fizerem necessários ao fiel cumprimento do presente mandato.

Aracaju/SE, 29 de Maio de 2019.

Carlos Roberto M. Alves
OUTORGANTE



DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA

Eu, Carlos Roberto Gomes Alves (nome completo),
Solteiro (estado civil), Terapeuta Ocupacional (profissão),
517.181.815.91 (CPF), residente e domiciliado na
R. Santa Rosa de Lima nº 53 / Agonia Mogolhaes - Aracaju/SE

DECLARO, para todos os fins de direito e sob as penas da lei, que não tenho condições de arcar com as despesas inerentes ao presente processo, sem prejuízo do meu sustento e de minha família, necessitando, portanto, da Gratuidade da Justiça, nos termos do art. 98 e seguintes do Código de Processo Civil vigente e à luz do princípio do acesso à justiça garantido na Constituição Federal, art. 5º, inc. LXXIV. Requeiro, ainda, que o benefício abranja a todos os atos do processo.

Aracaju/SE, 27 de Junho de 2019


OUTORGANTE



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
POLÍCIA CIVIL
DELEGACIA ESPECIAL DE DELITOS DE TRÂNSITO - ARACAJU - SE



BOLETIM DE OCORRÊNCIA

Nº: 001926/2018

DADOS DO REGISTRO

Data/Hora Início do Registro: 21/02/2018 10:29 Data/Hora Fim: 21/02/2018 11:08
Delegado de Polícia: Daniela Ramos Lima Barreto

DADOS DA OCORRÊNCIA

Afeto: Delegacia Especial de Delitos de Trânsito
Data/Hora do Fato: 09/08/2017 23:00

Local do Fato

Município: Aracaju
Logradouro: Avenida Doutor José da Silva Ribeiro Filho

Bairro: Siqueira Campos

CEP: 49.080-000

Tipo do Local: Via Pública

Natureza	Meio(s) Empregado(s)
1223: Lesão corporal culposa na direção de veículo automotor (Art. 303 - Caput - Veículo da LEI DOS CRIMES DE TRÂNSITO - CTB)	

ENVOLVIDO(S)

Nome: DESCONHECIDO 1 (SUPOSTO AUTOR/INFRATOR)

Nacionalidade: Brasileira

Endereço

Município: Aracaju - SE

Nome: CARLOS ROBERTO MENESES ALVES (VÍTIMA, COMUNICANTE)

Nacionalidade: Brasileira Naturalidade: Aracaju Sexo: Masculino Nasc: 27/02/1969
Profissão: Pintor
Estado Civil: Divorciado(a)
Raça/Cor: Parda
Nome da Mãe: Clarice Meneses Alves Nome do Pai: João Evangelista Alves

Documento(s)

CPF - Cadastro de Pessoas Físicas: 517.181.895-91

Endereço

Município: Aracaju - SE
Logradouro: Rua Santa Rosa de Lima
Bairro: José Conrado de Araújo
Telefone: (79) 99609-4953 (Recado)

Nº 53

OBJETO(S) ENVOLVIDO(S)

Grupo Veículo	Subgrupo Ciclomotor
Placa QKW1843	Número do Chassi 54698
Ano/Modelo Fabricação 2014/2013	Cor VERMELHA
UF Veículo Sergipe	Município Veículo Aracaju
Marca/Modelo I/SHINERAY XY125-14A	Modelo I/SHINERAY XY125-14A
Veículo Adulterado? Não	Quantidade 1 Unidade

17 MAI 2018



Delegado de Polícia Civil: Daniela Ramos Lima Barreto
Impresso por: Cristiane de Oliveira
Data de Impressão: 21/02/2018 11:09
Protocolo nº: Não disponível

Página 1 de 2

PPE - Sistema de Procedimentos de Polícia

Situação Envolvido

Nome Envolvido

Carlos Roberto Meneses Alves

Envolvimentos

Proprietário

RELATO/HISTÓRICO

Relata o Noticiante que no dia e hora acima mencionados conduzia sua motocicleta pela Avenida José da Silva Ribeiro Filho, sentido leste/oeste, pela faixa direita, momento em que um veículo não identificado, que seguia pela Rua Acre, sentido sul/norte, invadiu a preferencial cruzando a avenida, mesmo com o semáforo vermelho, e colheu o Noticiante. Aduz que em virtude do impacto caiu na pista de rolamento e sofreu algumas lesões, a saber: quebrou o braço direito, corte na cabeça, além de diversas escoriações. Aduz que fora encaminhado para o HUSE, não sabendo precisar quem o levou, uma vez que perdera a consciência. Ressalta que o causador do sinistro evadiu-se do local sem prestar nenhum tipo de assistência ao Noticiante.

ASSINATURAS

Cristiane de Oliveira
Responsável pelo AtendimentoCarlos Roberto Meneses Alves
(Comunicante / Vítima)

"Declaro para os devidos fins a veracidade das informações acima fornecidas e declaro que poderei responder civil e criminalmente pela presente declaração que dei origem, conforme previsto no art. 240-Comunicação Falsa de Crime ou de Contravenção do Código Penal Brasileiro."

Cristiane de Oliveira
Mediadora de Conflitos

17 MAI 2018

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES

DENATRAN

DETRAN - SE
CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO

012541324784
01085451410
00000000000000000000
2016

CARLOS ROBERTO MENESES ALVES

CPF/CNPJ
517.181.895-91
PLACA
GKM1843

PLACA ANT./UF
0007998/
CHASSI
LXYXCJL01E0254698

ESPECIE TIPO
PAS/CICLOMOTO
COMBUSTIVEL
GOSOLINA

1/SHINERAY XV
CATEGORIA
PARTIC
COR PREDOMINANTE
VERMELHA

COPIA UNICA
VENIC. COTA UNICA
VENIC. COTAS

PREMIO TARIFARIO
PREMIO TOTAL (R\$)
DATA DE PAGAMENTO
12/05/2016

SEM RESTRICAO
ARACATU-SE
12/05/2016

SE Nº 012541324784 BILHETE DE SEGURO DPVAT

SEGURO OBRIGATORIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEICULOS AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE, OU POR SUA CARGA, A PESSOAS TRANSPORTADAS OU NAO. SEGURO DPVAT

ESTE É O SEU BILHETE DO SEGURO DPVAT
PARA MAIS INFORMAÇÕES, LEIA NO VERSO
AS CONDIÇÕES GERAIS DE COBERTURA
www.dpvatsegurodotransito.com.br
SAC DPVAT 0800 021 1204

EXERCICIO
2016
DATA EMISSAO
12/05/2016

CPF/CNPJ
517.181.895-91
PLACA
GKM1843

RENAVAM
1086454410
MARCA/MODELO
1/SHINERAY XY125-14A

ANO FAB.
2013
CIT. TARIF.
8
Nº CHASSI
LXYXCJL01E0254698

PREMIO TARIFARIO
FMS (R\$)
58,50
DENATRAN (R\$)
6,50
CUSTO DO SEGURO (R\$)
65,00

CUSTO DO BILHETE (R\$)
4,15
IOF (R\$)
0,51
TOTAL A SER PAGADO (R\$)
134,56

PAGAMENTO
COTA UNICA
DATA DE QUITAÇÃO
12/05/2016

SEGURADORA LÍDER - DPVAT

CNPJ 08.248.608/01-04
www.seguradoralider.com.br

17 MAI 2016

Para mais esclarecimentos, acesse o site <http://www.seguradoralider.com.br> ou ligue para o **SAC DPVAT** 0800 0221204 ou 0800 221206 (exclusivo para pessoas com deficiência auditiva)

INFORMAÇÕES PARA PREENCHIMENTO:

É necessário o preenchimento completo de todos os campos com os dados do BENEFICIÁRIO ou do REPRESENTANTE LEGAL, sem rasuras, para correta análise do seu pedido de indenização. Dados incompletos ou incorretos impedem o banco de creditar o pagamento.

A conta informada precisa ser de titularidade do BENEFICIÁRIO ou do REPRESENTANTE LEGAL e deve estar regularizada, ativa, desbloqueada e sem impedimento para o crédito de indenização/reembolso.

É obrigatório Representante Legal para:

Beneficiário entre 0 a 15 anos (pai, mãe, tutor) ou o Incapaz com curador. O formulário deverá ser preenchido com os dados do Representante Legal (Pai, Mãe, Tutor ou Curador). Apenas o Representante Legal precisará assinar o formulário (no campo 2 - "Assinatura do Representante Legal").

Beneficiário entre 16 e 17 anos - Necessário que o Beneficiário seja assistido por seu "Representante Legal" (Pai, Mãe, Tutor). O formulário deverá ser preenchido com os dados do beneficiário. Necessário que o formulário seja assinado pelo menor de idade (no campo 1 "Assinatura do Beneficiário") e seu Representante Legal (campo 2 "Assinatura do Representante legal").

Número do Sinistro ou ASL

0288065/18

CPF da Vítima

517.181.895.91

Nome completo da vítima

Carlos Roberto Mendes Junior

DADOS DO RECEBEDOR DA INDENIZAÇÃO: BENEFICIÁRIO OU REPRESENTANTE LEGAL

Nome completo Carlos Roberto Mendes Junior		CPF titular da conta 517.181.895.91	Profissão Revisor
Endereço R. Santa Rosa de Lima		Número 0053	Complemento 0022
Bairro Jardim Jaguaré	Cidade Joaquim	Estado SE	CEP 49085300
Email		Telefone (DDD) (11) 9006-3112-9989-1177	

Declaro, sob as penas da lei e para fins de prova de residência junto a Seguradora Líder - DPVAT, residir no endereço acima. Segue, em anexo, cópia do comprovante de residência do endereço informado.

FAIXA DE RENDA MENSAL E DADOS BANCÁRIOS

- ☒ RECUSO INFORMAR ☐ SEM RENDA ☐ ATÉ R\$ 1.000,00 ☐ R\$ 1.001,00 ATÉ R\$ 3.000,00
☐ R\$ 3.001,00 ATÉ R\$ 5.000,00 ☐ R\$ 5.001,00 ATÉ R\$ 7.000,00 ☐ R\$ 7.001,00 ATÉ R\$ 10.000,00 ☐ ACIMA DE R\$ 10.000,00

☒ **CONTA POUPANÇA** (Somente para os bancos abaixo. Assinale uma opção)

☐ BRADESCO (237) ☐ BANCO DO BRASIL (001) ☐ ITAÚ (341)

☒ CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (104)

AGÊNCIA

NRO. 3045

D/V

013

CONTA

NRO. 55201

D/V

1

☐ **CONTA CORRENTE** (todos os bancos)

BANCO

Nome

NRO

AGÊNCIA

NRO.

D/V

CONTA

NRO.

D/V

(Informar dígito se existir)

(Informar dígito se existir)

Declaro que os dados bancários são de minha titularidade e, comprovada a cobertura securitária para o sinistro, autorizo a Seguradora Líder a efetuar o pagamento da indenização do Seguro DPVAT, mediante o crédito na referida agência e conta. Após efetivado o crédito, reconheço e dou plena quitação do valor indenizado.

Joaquim/SE 09 de Maio de 2018

Local e Data

Carlos Roberto Mendes Junior

Campo 1 - Assinatura do Beneficiário

Campo 2 - Assinatura do Representante Legal

Para mais esclarecimentos, acesse o site <http://www.seguradoralider.com.br> ou ligue para o SAC DPVAT 0800 0221204 ou 0800 0221206 (exclusivo para pessoas com deficiência auditiva e de fala).

INFORMAÇÕES PARA PREENCHIMENTO:

É necessário o preenchimento completo de todos os campos com os dados da VÍTIMA e do seu REPRESENTANTE LEGAL* (caso se aplique) sem rasuras. O Representante Legal* é obrigatório para os seguintes casos:

Casos com vítima entre 0 a 15 anos – O Representante Legal é representado pelo pai, mãe ou tutor. Apenas o Representante deverá assinar a declaração no campo 2 ("Assinatura do Representante Legal");

Casos com vítima entre 16 e 17 anos - Neste caso, é necessário que a vítima seja assistida por um Representante Legal (pai, mãe ou tutor). O formulário deverá ser assinado pela vítima menor de idade no campo 1 ("Assinatura da Vítima") e também por seu Representante Legal no campo 2 ("Assinatura do Representante Legal").

Casos com vítima interditada com curador – Neste caso em específico, apenas o Representante Legal deverá assinar a declaração no campo 2 ("Assinatura do Representante Legal").

Nome Completo da Vítima

Carlos Roberto Juncos Junior

CPF da Vítima

517.181.895-91

Data do Acidente

09.08.2017

REPRESENTANTE LEGAL DA VÍTIMA

Nome completo do Representante Legal

CPF do Representante legal

Endereço

Telefone (DDD)

Declaro, sob as penas da lei, que estou impossibilitado de apresentar o laudo do Instituto Médico Legal (IML) para os fins de requerimento de indenização do Seguro DPVAT (Lei nº 6.194/74), uma vez que:

Assinalar uma das opções abaixo:

☐ Não há estabelecimento do IML que atenda a região do acidente ou da minha residência; ou

☐ O estabelecimento do IML que atende a região do acidente ou da minha residência não realiza perícias para fins de prova do Seguro DPVAT; ou

☒ O estabelecimento do IML que atende a região do acidente ou da minha residência realiza perícias com prazo superior a 90 (noventa) dias do respectivo pedido.

Com o objetivo de permitir o exame do meu pedido de indenização do Seguro DPVAT, para a cobertura de invalidez permanente causada diretamente por veículo automotor de via terrestre, solicito que esta declaração permita o prosseguimento da análise da minha documentação sem a apresentação do laudo do Instituto Médico Legal-IML, concordando, desde já, em me submeter à perícia médica às custas da Seguradora Líder DPVAT para a correta avaliação da existência e aferição do grau da lesão, ou lesões, para os fins do §1º do art. 3º da Lei nº 6.194/74.

Declaro ainda estar ciente de que a autorização para a realização dessa perícia não significa prévia concordância com a futura avaliação médica ou renúncia ao direito de contestá-la, caso discorde do seu conteúdo.

Assinatura/S. 09 de maio de 2018

Local e Data

Assinatura do Beneficiário

Campo 2 - Assinatura do Representante Legal

CAIXA Loterias

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

CA: sorteios de segunda-feira a sábado. Apos

073-635837223-1

14/MAR/2017

HORA DF 11:41:32

LOT. 22.023284-9

TERM 050029

LOCALIDADE: ARACAJU

AG. VINCULADA: 1045

CONTROLE: 0

COMPROVANTE DE ABERTURA DE ROUP CAIXA FACIL

NOME: CARLOS ROBERTO MENESES ALVES

AGENCIA: 1045

OPERACÃO: 013

CONTA-DV: 0055201-1

DATA DE ABERTURA: 14/03/2017

LOTÉRIAS CAIXA

073-635837223-1

VIA

CAIXA Loterias

Carlos Roberto Menezes Alves

17 MAR 2017

Rio de Janeiro, 10 de Agosto de 2018

Aos Cuidados de: **CARLOS ROBERTO MENESES ALVES**

Nº Sinistro: **3180363837**

Vitima: **CARLOS ROBERTO MENESES ALVES**

Data do Acidente: **09/08/2017**

Cobertura: **INVALIDEZ**

Assunto: AVISO DE SINISTRO

Senhor(a),

Informamos que o seu pedido de indenização foi cadastrado sob o **número de sinistro 3180363837**.

Esclarecemos que o valor para a cobertura de Invalidez Permanente é de **ATÉ R\$ 13.500,00**, apurado com base no grau da lesão permanente sofrida, conforme legislação vigente.

O prazo para análise do pedido de indenização é de **até 30 dias, a partir do recebimento pela seguradora de toda a documentação necessária**.

Sendo necessários documentos ou informações complementares, o prazo será interrompido. O prazo de 30 dias recomeça assim que a seguradora receber os documentos ou as informações complementares.

Qualquer dúvida, acesse o nosso site **www.seguradoralider.com.br** ou ligue para o **SAC DPVAT 0800 022 12 04**. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para **0800 022 12 06**. Tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Carta nº 13219834





Seguradora
LÍDER
Administradora do Seguro DPVAT

(/)



Buscar no site



A
COMPANHIA ▾

SEGURO
DPVAT ▾

PONTOS DE
ATENDIMENTO
(/Pontos-de-
Atendimento)

CENTRO DE
DADOS E
ESTATÍSTICAS ▾

SALA DE
IMPrensa ▾

TRABALHE
CONOSCO ▾

CONTATO ▾

Seguro DPVAT / Pague Seguro

Consulta a Pagamentos Efetuados

Sua busca por placa: QKW1843 UF: SE CATEGORIA: 08*

	Exercício	Valor Pago	Situação	Declaração de Pagamento
	2017	R\$86,38	Quitado	

(*) Ciclomotores

[Voltar](#)[Imprimir](#)

ACESSIBILIDADE

[\(/Pages/Acessibilidade.aspx\)](/Pages/Acessibilidade.aspx)[\(/Pages/Atalhos-de-Teclado.aspx\)](/Pages/Atalhos-de-Teclado.aspx)[A](#) [A](#) [A](#)

COMO PEDIR INDENIZAÇÃO

[Documentos Despesas Médicas \(/Pages/Documentacao-Despesas-Medicas.aspx\)](/Pages/Documentacao-Despesas-Medicas.aspx)

Email do Outlook

Pesquisar Email e Pessoas

+ Novo | Excluir | Arquivar | Lixo eletrônico | Limpar | Mover para | Categorias | ...



Pastas

Caixa de Entrada 209

Lixo Eletrônico

Rascunhos 53

Itens Enviados

Itens Excluídos

Arquivo Morto

Arquivos Aliança

Conversation History

Enviados

Rascunhos_0

Scheduled

DPVAT - Andamento Carlos Roberto Menezes Alves (17/08/2018)

AR ALLIANCE REGULADORA <dpvat@infodataweb.com.br>

sex 17/08, 18:26

Você

Respond

Prezado(a),

Segue abaixo a notificação de andamento do processo.

Vítima: Carlos Roberto Menezes Alves**Seguradora:****Tipo:** Invalidez**Data do sinistro:** 09/08/2017**Número do sinistro:** 3180/363837**Data do andamento:** 17/08/2018**Fase do andamento:** Processo cancelado**Descrição:** Sinistro cancelado tendo em vista tratar-se de vítima/beneficiária proprietária inadimplente, não havendo de indenização pelo Seguro DPVAT conforme Resolução CNSP 332/15.**VENCIMENTO:** 28/04/2017**ACIDENTE:** 09/08/2017**PAGTO:** 15/08/2017

Atenciosamente,

ALLIANCE REGULADORA

Carlison Manoel C. Santos

alliancereguladora@hotmail.com

(79) 99606-5061

Atualizar para o
Premium

**DECLARAÇÃO DE PAGAMENTO
DO BILHETE DE SEGURO DPVAT**

Para os devidos efeitos, declaramos que se encontra devidamente contabilizado o pagamento do prêmio do Seguro DPVAT do exercício de 2017 relativo ao veículo abaixo caracterizado:

BILHETE PAGO EM: 15/08/2017

DADOS DO BILHETE	
PLACA:	SE/QKW-1843
CHASSI Nº:	LXYXCJL01E0254698
RENAVAM:	01086454410
CATEGORIA:	08
VALOR:	R\$ 86,38 (OITENTA E SEIS REAIS E TRINTA E OITO CENTAVOS)

Rio de Janeiro, 15 de Abril de 2019



Em caso de dúvidas, entre em contato com a Central de Atendimento, das 8h às 20h: 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões).



RELATÓRIO MÉDICO

NOME DO PACIENTE: CARLOS ROBERTO MENESES ANVES

DATA DA ENTRADA: 09/08/2017

DATA DA SAÍDA: 09/08/2017

1º RETORNO - 15/08/2017/SAÍDA - 15/08/2017

2º RETORNO - 29/08/2017/SAÍDA - 30/08/2017

INTERNAMENTO:

PS (X)

ENFERMARIA (X)

UTI ()

HISTÓRICO CLÍNICO:

Vítima de acidente de trânsito, apresentando trauma contuso do antebraço direito com fratura do osso da ulna, sendo atendido e liberado dia 09/08/2017.

Retornou dia 15/08/2017, encaminhado da UPA Nestor Paiva, quando foi orientado conduta cirúrgica e liberado para obra a fim de completar procedimento.

Dia 29/08/2017 foi admitido e encaminhado para tratamento cirúrgico sob anestesia, sem intercorrências, recebeu alta hospitalar no dia 30/08/2017, com devida orientação.

HISTÓRICO CIRÚRGICO:

Dia 30/08/2017 - realizada conduta conservadora sob anestesia para redução incremental mais imobilização do osso ulnar direito com cesso circumducto axilo-palmar, pelo Dr. Rodrigo Alexandre Santos (CRM - 5592).

EXAMES COMPLEMENTARES:

Exame radiográfico do antebraço direito
Eletrocardiograma
Exames laboratoriais

MÉDICOS ASSISTENTES:

Ortopedista - Dr. Márcio Rocha - CRM 3592
Dr. João Ferreira Alves - CRM 2486
Dr. Rodrigo Alexandre Santos - CRM 5592

CONDIÇÕES DE ALTA:

MELHORADO (X)

TRANSFERIDO ()

ÓBITO ()

ARACAJU, 18 de SETEMBRO de 2017

Dr. Cíneo Bravo de Oliveira
CRM 940

MÉDICO DO SETOR DE ANÁLISE DE PRONTUÁRIO

17 MAI 2018

Data: JOAO ALVES FILHO

DATASUS

HOSPITAL GOVERNADOR JOAO ALVES FILHO

DO BE: 1576776

DATA: 09/08/2017 HORA: 23:38 USUARIO: AAOLIVEIRA

IS:

SETOR: 05-ORTOPEDIA

IDENTIFICACAO DO PACIENTE

NOME: CARLOS ROBERTO MENESES ALVES DOC....: 962676
IDADE.....: 48 ANOS NASC: 27/02/1969 SEXO...: MASCULINO
ENDERECO.....: RUA SANTA ROSA DE LIMA NUMERO: 53
COMPLEMENTO....: 898003860039832 BAIRRO: JOSE CORRADO DE ARAU
MUNICIPIO.....: ARACAJU UF: SE CEP....:
NOME PAI/MAE...: JOAO EVAGELISTA ALVES /CLARICE MENESES ALVES
RESPONSAVEL....: O PROPRIO TEL....: 32524916
PROCEDENCIA....: ARACAJU - CAPITAL
ENDIMENTO....: DOR NO BRACO PLANO DE SAUDE.....: NAO TRAUMA: NAO
CASO POLICIAL.: NAO VEIO DE AMBULANCIA: NAO
CID. TRABALHO: NAO

P: [X mmHg] PULSO: [] TEMP.: [] PESO: []

EXAMES COMPLEMENTARES: [] RAIO X [] SANGUE [] URINA [] TC
[] LIQUOR [] ECG [] ULTRASSONOGRAFIA

SUSPEITA DE VIOLENCIA OU MAUS TRATOS: [] SIM [] NAO

SINAIS CLINICOS:

DATA PRIMEIROS SINTOMAS: ___/___/___

NOTACOES DA ENFERMAGEM:

DIAGNOSTICO: *Fratura de braço direito* CID:

PRESCRICAO

HORARIO DA MEDICACAO

Rx 1 antiag @ RP+P

DATA DA SAIDA: / /

HORA DA SAIDA: :

SAIDA: [] DECISAO MEDICA [] A PEDIDO [] EVASAO [] DESISTENCIA

[] ENCAMINHADO AO AMBULATORIO

INTERNAÇÃO NO PROPRIO HOSPITAL (SETOR):

TRANSFERENCIA (UNIDADE DE SAUDE):

TEMPO: [] ATE 48HS [] APOS 48HS

[] FAMILIA [] IML [] ANAT. PA

ASSINATURA DO PACIENTE/RESPONSAVEL

ASSINATURA E CARIMBO DO MEDICO

REALIZADO EM 09/08/17

AS 23:50 HORAS

RADIOLOGIA

17 MAI 2018

NOME:

Carlos Roberto Mendes Alves

RELATÓRIO DE ALTA

DIAGNÓSTICO:

FX ULNA (D)

PROCEDIMENTO:

REDUÇÃO INCISSIVA
+ IMOBILIZAÇÃO GIPSADA

DATA DA INTERNAÇÃO:

29/08/17
30/08/17

DATA DA ALTA:

30/08/17

ORIENTAÇÕES:

- Repouso em casa e manter ☒ MMII ou () MMSS elevados
- Curativo diário no posto de saúde
- Retirar os pontos após 20 dias
- Marcar retorno no HUSE pessoalmente ou através do telefone 3216-2600
- Ortopedista Dr. Marcelo Garth

Dr. Rodrigo Alencar Santos
MR. Ortopedia e Traumatologia
CRM/SE 5592

NOME:

Carlos Roberto Mendes Alves

ATESTADO MÉDICO

17 MAI 2018

Atesto para os devidos fins que o paciente
acima necessita ausentar-se de suas atividades
durante 45 (quarenta e cinco) dia(s).

CID 10:

S52.2

29/08/17

Dr. Rodrigo Alencar Santos
MR. Ortopedia e Traumatologia
CRM/SE 5592

Nome do Paciente:

Carlos Roberto Mendes Alves

Idade:

Sexo:

Unidade de Produção:

Leito:

Nº do Prontuário:

DATA: HORA:

HISTÓRICO:

30/08/17

#501#

Paciente vítima de queda de moto
e/trauma causado e fratura da Ulna
(D), HA ± 20 dias.

Em avaliação Pré Operatória,
Indicado tratamento conservador.
Com redução fechada e imobilização
com gesso.

(2) Alta. C/ Receita, Atestado
e Originais

Dr. Rodrigo Mincar Santos
MR. Ortopedia e Traumatologia
CRMSE 5592

17 MAR 2018

NOME Carlos Roberto Menes IDADE 48 DATA 29.08.14
DIAGNÓSTICO Fract. Fibra D.

ITEM	PRESCRIÇÃO	HORÁRIO
1	Dieta zero a partir das 23:00 h.	
2	Gelco salinizado	
3	Keflin 1 g de 6/6 h IV	20 03 03 14
4	Nausebron 8mg IV 8/8 hs ou PLASIL 2ml +18ml sf 08/08 Hs SOS	
5	Dipirona 2 ml + 8 ml AD IV ou Paracetamol 40 gts VO 6/6 hs SOS	
6	TRAMAL 100mg +100ml SF 0,9 % IV ou vo 8/8 hs SOS	
7	Glicose 25% - 4 AMP. EV se GC <=80	
8	Captopril 25 mg VO 8/8 hs se PAS >180 mmHg e PAD >110mmHg SOS	
9	Omeprazol 40mg IV 1x ao dia ou Antak 2ml + 18 ml AD IV 12/12 hs	
10	Profenid 100mg+100ml SF 0,9% IV 12/12 hs SOS	
11	Lactulona 20ml VO 8/3 SOS	
12	Luftal 40 gots VO 8/8hs SOS	
13	*Dextro, se for diabético	
14	INSULINA REGULAR, SC, após dextro: 201-250: 02UI 301-350: 06UI 251-300: 04UI 351-400: 08UI > ou = 401: 10UI	
15	SSVV+Cuidados	
16	Curativo 1x ao dia	

30/08/14 AS 10:00HS
Alta Hospitalar

Dr. Rodrigo Alencar Santos
MR. Ortopedia - Traumatologia
CRMSE 5592

Dr. Waldemar
Ortopedia - Traumatologia
CRMSE 5592

17 MAI 2018

MS/DATASUS

HOSPITAL GOVERNADOR JOAO ALVES FILHO

MUNICÍPIO DE ENFERMAGEM

No. DO BE: 1587280
CNS:DATA: 29/08/2017 HORA: 14:46
SETOR: 05-ORTOPEDIA

USUÁRIO: JOSEANESANTOS

IDENTIFICACAO DO PACIENTE

NOME : CARLOS ROBERTO MENEZES ALVES
IDADE.....: 48 ANOS NASC: 27/02/1969
ENDERECO.....: RUA SANTA ROSA DE LIMA
COMPLEMENTO...: 703402285604500 BAIRRO: SIQUEIRA CAMPOS
MUNICIPIO.....: ARACAJU UF: SE CEP....: -
NOME PAI/MAE...: JOAO EVANGELITA ALVES /CLARICE MENEZES ALVES
RESPONSAVEL...: O PROPRIO TEL....: 32524916
PROCEDENCIA...: SIQUEIRA CAMPOS
ATENDIMENTO...: CIRURGIAS ORTOPEDICAS
CASO POLICIAL.: NAO PLANO DE SAUDE....: NAO TRAUMA: NAO
ACID. TRABALHO: NAO VEIO DE AMBULANCIA: NAO

PA: [X] mmHg] PULSO: [] TEMP.: [] PESQ: []

EXAMES COMPLEMENTARES: [] RAIO X [] SANGUE [] URINA [] TC
[] LIQUOR [] ECG [] ULTRASSONOGRAFIA

SUSPEITA DE VIOLENCIA OU MAUS TRATOS: [] SIM [] NAO

DADOS CLINICOS:

DATA PRIMEIROS SINTOMAS: ____/____/____

ANOTACOES DA ENFERMAGEM:

DIAGNOSTICO:

CID:

PRESCRICAO

HORARIO DA MEDICACAO

DATA DA SAIDA: / /

HORA DA SAIDA: :

ALTA: [] DECISAO MEDICA [] A PEDIDO [] EVASAO [] DESISTENCIA
[] ENCAMINHADO AO AMBULATORIO

INTERNACAO NO PROPRIO HOSPITAL (SETOR):

TRANSFERENCIA (UNIDADE DE SAUDE):

OBITO: [] ATE 48HS [] APOS 48HS [] FAMILIA [] IML [] ANAT. PATO

ASSINATURA DO PACIENTE/RESPONSAVEL

ASSINATURA E CARIMBO DO MEDICO

MS/DATASUS

HOSPITAL GOVERNADOR JOAO ALVES FILHO

HOSPITAL DE EPIDEMIOLOGIA

No. DO BE: 1579378
CNS:DATA: 15/08/2017 HORA: 08:50
SETOR: 05-ORTOPEDIA

USUARIO: PRSPERREIRA

IDENTIFICACAO DO PACIENTE

NOME : CARLOS ROBERTO MENESES ALVES DOC....: 962676
IDADE.....: 48 ANOS NASC: 27/02/1969 SEXO...: MASCULINO
ENDERECO.....: RUA SANTA ROSA DE LIMA NUMERO: 53
COMPLEMENTO....: 898003860039832 BAIRRO: JOSE CORRADO DE ARAU
MUNICIPIO.....: ARACAJU UF: SE CEP....: -
NOME PAI/MAE...: JOAO EVAGELISTA ALVES /CLARICE MENESES ALVES
RESPONSAVEL....: O PROPRIO TEL....: 32524916
PROCEDENCIA....: ARACAJU - CAPITAL
ATENDIMENTO....: FRATURA
CASO POLICIAL..: NAO PLANO DE SAUDE.....: NAO TRAUMA: NAO
ACID: TRABALHO: NAO VEIO DE AMBULANCIA: NAO

PA: [X] mmHg] PULSO: [] TEMP.: [] PESO: []

EXAMES COMPLEMENTARES: [] RAO X [] SANGUE [] URINA [] TC
[] LIQUOR [] ECG [] ULTRASSONOGRAFIA

SUSPEITA DE VIOLENCIA OU MAUS TRATOS: [] SIM [] NAO

DADOS CLINICOS:

DATA PRIMEIROS SINTOMAS: ___/___/___

ANOTACOES DA ENFERMAGEM:

DIAGNOSTICO:

PRESCRICAO

HORARIO DA MEDICACAO

DATA DA SAIDA: / /

ALTA: [] DECISAO MEDICA [] A PEDIDO [] EVASAO
[] ENCAMINHADO AO AMBULATORIO

INTERNACAO NO PROPRIO HOSPITAL (SETOR):

HORA DA SAIDA: :
CRIMINALISTICA
Ortopedia Traumatologia
485-58010634

TRANSFERENCIA (UNIDADE DE SAUDE):

OBITO: [] ATE 48HS [] APOS 48HS [] FAMILIA [] IML [] ANAT. PATO.

ASSINATURA DO PACIENTE/RESPONSAVEL

ASSINATURA E CARIMBO DO MEDICO

17 MAI 2018

EXAME DE TOPOGRAFIA - RAO X
REALIZADO EM 15/08/17
AS 09:32 HORASELETROCARDIOGRAMA
EXAMES(S) REALIZADO(S)
DATA: 15/08/17
HORARIO: 09:48
TECNICO: [assinatura]

L. J. J. J. J.

DATASUS

HOSPITAL GOVERNADOR JOAO ALVES FILHO

O. DO BE: 1477262
INS:

DATA: 22/01/2017 HORA: 15:27
SETOR: 05-ORTOPEDIA

USUARIO: ESBSANTOS

IDENTIFICACAO DO PACIENTE

NOME : CARLOS ROBERTO MENEZES ALVES DOC....: 962676
IDADE.....: 47 ANOS NASC: 27/02/1969 SEXO...: MASCUL
ENDERECO.....: RUA SANTA ROSA DE LIMA NUMERO: 53
COMPLEMENTO....: 703402285604500 BAIRRO: SIQUEIRA CAMPOS
MUNICIPIO.....: ARACAJU UF: SE CEP....:
NOME PAI/MAE...: JOAO EVANGELITA ALVES /CLARICE MENEZES ALVES
RESPONSAVEL....: O PROPRIO TEL....: 982932
PROCEDENCIA....: ARACAJU - CAPITAL
ATENDIMENTO....: CIRURGIAS ORTOPEDICAS
CASO POLICIAL..: NAO PLANO DE SAUDE.....: NAO TRAUMA; NAO
ACID. TRABALHO: NAO VEIO DE AMBULANCIA: NAO

PA: [X] mmHg] PULSO: [] TEMP.: [] PESO: []

EXAMES COMPLEMENTARES: [] RAIO X [] SANGUE [] URINA [] TO
[] LIQUOR [] ECG [] ULTRASSONOGRAFIA

SUSPEITA DE VIOLENCIA OU MAUS TRATOS: [] SIM [] NAO

DADOS CLINICOS:

DATA PRIMEIROS SINTOMAS: ___/___/___

*paciente admitido neste setor para reali
zar procedimento cirurgico nega alergias
a medicacao ou hipertensao nem diabetes*

ANOTACOES DA ENFERMAGEM:

afetado sinais vitais PA -

7-

DIAGNOSTICO:

CID:

Téc. J. J. J. J. J.
575824

PRESCRICAO

HORARIO DA MEDICA

DATA DA SAIDA: / /

HORA DA SAIDA:

ALTA: [] DECISAO MEDICA [] A PEDIDO [] EVASAO [] DESISTENCIA
[] ENCAMINHADO AO AMBULATORIO

INTERNACAO NO PROPRIO HOSPITAL (SETOR):

TRANSFERENCIA (UNIDADE DE SAUDE):

OBITO: [] ATE 48HS [] APOS 48HS [] FAMILIA [] IML [] ANAT.

ASSINATURA DO PACIENTE/RESPONSAVEL

ASSINATURA E CARIMBO DO MEDICO

1
MAI 2018

2

HOSPITAL GOVERNADOR JOAO ALVES FILHO

No. DO BE: 1470723 DATA: 09/01/2017 HORA: 10:56 USUARIO: CMSLEITE
CNS: SETOR: 05-ORTOPEDIA

NOME.....	CARLOS ROBERTO MENESES ALVES	DOC....:	962676
IDADE.....	47 ANOS NASC: 27/02/1969	SEXO...:	MASCULINO
ENDEREÇO.....	RUA SANTA ROSA DE LIMA	NUMERO:	53
COMPLEMENTO...	898003860039832 BAIRRO: JOSE CORRADO DE ARAU		
MUNICIPIO.....	ARACAJU UF: SE	CEP....:	
NOME PAI/MAE...	JOAO EVAGELISTA ALVES /CLARICE MENESES ALVES		
RESPONSÁVEL...	O PROPRIO	TEL....:	<u>32524916</u>
PROCEDENCIA...	JOSE CONRADO DE ARAUJO		
ATENDIMENTO...	TRAUMA		
CASO POLICIAL..	NAO PLANO DE SAUDE....:	TRAUMA:	NAO
ACID. TRABALHO:	NAO VEIO DE AMBULANCIA:		NAO

PA: [X mmHg] PULSO: [] TEMP.: [] PESO: []

EXAMES COMPLEMENTARES: ☐ RAIO X ☐ SANGUE ☐ URINA ☐ TC
 ☐ LIQUOR ☐ ECG ☐ ULTRASSONOGRAFIA

SUSPEITA DE VIOLENCIA OU MAUS TRATOS: ☐ SIM ☐ NAO

DADOS CLINICOS: DATA PRIMEIROS SINTOMAS: / / /

TM-2 no more (5) 1/2 1 7 1/2

ANOTACOES DA ENFERMAGEM:

DIAGNOSTICO: Fratura no Antebraço (R) CID: _____

HORARIO DA MEDICACAO.

Q7. The flow of ADP from the matrix to the cytosol is coupled to the flow of protons from the cytosol to the matrix.

Alles zu Gelingen

SICILY BCG + CANNONING

7-1-57 ~~ELECTRO~~ HUSE

DATA DA EXAME(S) REALIZADO(S) [] A PEDIDO

data: 10/09/2009 REALIZADO AO AMBULATORIO

INTERNAÇÃO NO PRÓPRIO HOSPITAL (SETOR):

Técnico. 12 17
TRANSPERENCIA (UNIDADE DE SAUDE):

OBITO: [] ANTE 48HS [] APOS 48HS

~~PRISON~~

ASSINATURA DO PACIENTE/RESPONSÁVEL

HORA DA SAIDA: 13:00 :
[] DESISTENCIA

OBITO: ☒ ANTE 48HS ☐ APOS 48HS ☐ FAMILIA ☐ IML ☐ ANAT. PATOL

Dr. Gilson Teixeira
MR - Ortopedia/Traumatologia
CRM-SE 4003 -

ASSINATURA E CARIMBO DO MEDICO



GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

Fundação
Hospitalar
de Saúde

HOSPITAL DE URGÊNCIA DE SERGIPE

FICHA DE ATO CIRÚRGICO

PACIENTE: Carlos Roberto Mendes Alves
DIAGNÓSTICO PRÉ-OPERATÓRIO: FX Ulna
CIRURGIA REALIZADA: Redução Intrafenda + Imobilização
CIRURGIÃO: Dr. Manoel Rocha
AUXILIARES: Dr. A. Guiziani / Dr. Rodrigo Alencar
ANESTESIA: NAO HOUVE ANESTESISTA: —
DIAGNÓSTICO PÓS-OPERATÓRIO: O CESSOU

() CIRURGIA LIMPA () CIR. POTENCIALMENTE CONTAMINADA
() CIRURGIA CONTAMINADA () CIR. INFECTADA
INFECÇÃO PRESENTE À ADMISSÃO? () SIM () NÃO

TOPOLOGIA DA INFECÇÃO:

() VIAS AÉREAS SUP. () PULMONAR () URINÁRIA () SNC () TGI
() CUTÂNEO () AP. CARDIO-VASCULAR () PLEURA () OUTROS

DESCRIÇÃO DO ATO CIRÚRGICO

1. Paciente em DDH, sob Anestesia
2. Realizado Redução Intrafenda + Imobilização
3. com Gesso Cirúrgico Axilo Garganta.
4. A SERRA.
5. —
6. —
7. —

DATA: 30/08/17

Dr. Rodrigo Alencar Santos
MR. Ortopedia e Traumatologia
CRM/SE 556

Assinatura do Cirurgião

HOSPITAL GOVERNADOR JOAO ALVES FILHO

FICHA DE INTERNACAO
IDENTIFICACAO DO PACIENTE

Reg. Definitivo....: 147197
Numero do CNS.....: 0000000000000000
Nome.....: CARLOS ROBERTO MENEZES ALVES
Documento.....: 962676 Tipo :
Data de Nascimento: 27/02/1969 Idade: 47 anos
Sexo.....: MASCULINO
Responsavel.....: JOAO EVANGELITA ALVES
Nome da Mae.....: CLARICE MENEZES ALVES
Endereco.....: RUA SANTA ROSA DE LIMA 53 703402285604500
Bairro.....: SIQUEIRA CAMPOS Cep.: 00000-000
Telefone.....: 98293223
Município.....: 2800308 - - SE
Nacionalidade.....: BRASILEIRO
Naturalidade.....: SERGIPE

DADOS DA INTERNACAO

Forma de Entrada...: 4 - EMERGENCIA No. do BE: 1477262
Clinica.....: 550 - HPM-CIRURGIAS ORTOPEDICAS
Leito.....: 999.0049
Data da Internacao: 22/01/2017
Hora da Internacao: 15:30
Medico Solicitante: 006.113.725-17 - PABLO BARRETO PRATA
Proced. Solicitado: NAO INFORMADO
Diagnostico.....: NAO INFORMADO
Identif. Operador..: ESBSANTOS

INFORMACOES DE SAIDA

Proc.Realizado:
Dt.Hr Saida:
Especialidade:
Tipo de Saida: *Alto 23/01/17*
CID Principal:
CID Secundario:
Principal:
Secundario:
Outro:

Angélita
26/08/17

17 MAI 2018

NOME	DATA	HORA	LEITO
Carlos Roberto Menezes Alves	23/01/17	# SOT #	
EVOLUÇÃO MÉDICA			
<p>Paciente com fratura de maldão lateral de tornozelo. É por acidente de moto há 3 meses. Realizada cirurgia conforme descrito em ato cirúrgico.</p> <p>Cond: ① VPM ② Solicito RX pós-operatório</p>			
24/01/17			
<p>RPO frnt tornozelo E Bem, afável teve náuseas, mas melhorou sem náuseas no momento AR ndr, nega alergia - MIE - BPP, s' deficits NV (s' sinais de TVP RZ OK alt hospitalar orientação andgeria</p>			

Dr. André Souto
CRM 37835
Otorrinolaringologia

Dr. André Souto
CRM 37835
Otorrinolaringologia

17 MAI 2018

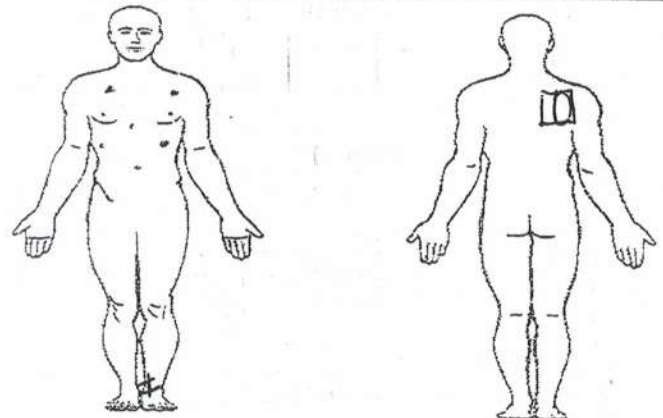
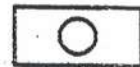
SONDAS - DRENOS - CÂNULAS											
SNG	Nº:	SNE	Nº:	FOGARTY	Nº:	TRAQUEÓSTOMO	Nº:	GUEDEL	Nº:		
DRENOS		SUCÇÃO	Nº			TÓRAX	Nº		PENROSE	Nº	
		ABDOMINAL	Nº			PIZZER	Nº		KHER	Nº	
		BLAKE	Nº			OUTROS					
PASSAGEM DA SONDA FOLLEY				SEM RESTRIÇÃO		COM RESTRIÇÃO		VIAS		Nº:	
FOLLEY	Nº:		FOLLEY SILICONE	Nº	SONDA NELATON (URETRAL)					Nº:	
PASSADA POR						ANATOMO PATOLÓGICO		Nº PEÇAS			
SINAIS VITAIS											
FC (BPM)	86										
SpO2 (%)	98%										
EPCO2 (mmHg)											
PA (mmHg)	103 X 54										
PAI (mmHg)											
FR (RPM)	20										
TEMP (°C)											
ANOTAÇÃO DE ENFERMAGEM											
HORA	REGISTRO								ASSINATURA		
11:30	Paciente admitido em S.O nº 1 para procedimento cirúrgico, calmo, consciente, orientado, verbalizando, monitorizado.								C. Paul		
11:35	Realizado Raqui anestesia + Sedação por 10mg Paral, instalada placa de bisturi elétrico em ASD, furo de germena do MIE com clorexidina, de germena + álcool 70%.								C. Paul		
12:05	Realizado enxerto de MIE, início do procedimento por 10H. Paulo + R2 10H. Fim								C. Paul		
13:00	Retirada de garrucha.								C. Paul		
13:05	Termino do procedimento, realizado curativo, pacie. encaminhado para SRPA, calmo, consciente, orientado.								C. Paul		
ENCAMINADO PARA:											

ENCAMINADO PARA:

ELABORADO PELOS ACADÊMICOS DE ENFERMAGEM DO 7º PERÍODO DA FACULDADE ESTÁCIO/FASE (2014/01 E 02) ORIENT.
PELAS PROFESSORAS LUCIANA LÔBO E SILVIA SANDES

7 MAY 2018

Registro de Enfermagem no Trans-Operatório

NOME	Carlos Roberto Meneses Alves				PRONTUÁRIO			
RECEBIDO NA S.O. POR					DATA	23/01/17	SALA	01
NÍVEL DE CONSCIÊNCIA	ACORDADO	SONOLENTO	AGITADO	COMATOSO				
CIRCULANTE	Graciele	PROCEDÊNCIA	Enfermagem					
ENTRADA S.O.	11:30 h	INÍCIO DA ANESTESIA	11:35 h	INÍCIO DA CIRURGIA	12:05			
SAÍDA DA S.O.	13:05 h	FIM DA ANESTESIA		FIM DA CIRURGIA	13:05			
CIRURGIÃO	Dr. Paulo		1º AUXILIAR	R2 Dr. Francisco				
ANESTESISTA	Lora Marta		2º AUXILIAR					
INSTRUMENTADOR	Luciana		LATERALIDADE	() DIREITA () ESQUERDA () NA				
CIRURGIA PROPOSTA								
CIRURGIA REALIZADA								
TÉCNICA ANESTÉSICA								
GERAL VENOSA	GERAL INALATÓRIA	GERAL COMBINADA	GERAL BALANCEADA	X RAQUIANESTESIA				
PERIDURAL C/ CATETER	PERIDURAL S/ CATETER	X	SEDAÇÃO	BLOQUEIO DO PLEXO	LOCAL			
TUBO ENDOTRAQUEAL () ORAL () NASAL	Nº:	TUBO ARAMADO	Nº:	MÁSCARA LARÍNGEA				
ASSEPSIA								
PVPI TÓPICO	PVPI ALCOÓLICO	PVPI DERGEMANTE	CLOREXID. ALCOÓLICA	X	CLOREXID. DERGEMANTE	CLOREXID. AQUOSA		
EQUIPAMENTOS E ACESSÓRIOS UTILIZADOS								
BOMBA DE INFUSÃO	DESFIBRILADOR	MONITOR CEREBRAL (BIS)	X	INTENSIFICADOR DE IMAGEM	MANTA TÉRMICA	MICROSCÓPIO		
FIBROSCÓPIO	X	MONITOR CARDÍACO	X	PA (NÃO INVASIVA)	PA (INVASIVA)	X	OXÍMETRO	
							CAPNÓGRAFO	
X	FOCO AUXILIAR	X	FONTE DE LUZ	VIDEOLAPAROSCÓPIO	BRONCOSCÓPIO	OUTROS		
COXINS DE CONFORTO UTILIZADOS				BISTURI ELÉTRICO				
CABEÇA	MSD	MSE	MIE	MID	BIPOLAR	MONOPOLAR		
				PLACA BISTURI		COMPRESSAS GRANDES		
						ENTREGUE DEVOLVIDO		
				LOCAL				
				•	ELETRODOS			
				†	INCISÃO CIRÚRGICA			
				AVP	D	E		
				AVC	D	E		
				GASOMETRIA: SIM () NÃO ()				
POSICÃO DO PACIENTE								
DORSAL	VENTRAL	LAT. ESQ	LAT. DIR	CANIVETE	TRENDELEMBURG	LITOTOMIA		

ELABORADO PELOS ACADÊMICOS DE ENFERMAGEM DO 7º PERÍODO DA FACULDADE ESTÁCIO/FASE (2014/ 01 E 02) ORIENTADO PELAS PROFESSORAS LUCIANA LÔBO E SILVIA SANDES

HOSPITAL URGÊNCIA DE SERGIPE - HUSE/HPM

FICHA DE ATO CIRÚRGICO

PACIENTE: Carlos Roberto Mendes Alves

DIAGNÓSTICO PRÉ - OPERATORIO: Fratura de molaço lateral E

CIRURGIA REALIZADA: RPF

CIRURGIÃO: Dr. Celso

AUXILIARES: Dr. Francis

ANESTESIA: Raquimedular

ANESTESISTA:

DIAGNÓSTICO PÓS - OPERATORIO:

☒ CIRURGIA LIMPA

☐ CIR. POTENCIALMENTE CONTAMINADA

☐ CIRURGIA CONTAMINADA

☐ CIR. INFECTADA

INFECÇÃO PRESENTE À ADMISSÃO? ☐ SIM ☒ NÃO

☐ VIAS AÉREAS SUP.

☐ PULMONAR

☐ URINÁRIA

☐ SNC

☐ TGI

☐ CUTANEO

☐ AP. CARDIO - VASCULAR

☐ OUTROS

DESCRIÇÃO DO ATO CIRÚRGICO

- ① Paciente em DDH, sob efeito de anestesia.
- ② Antissepsia eséptica e colocação de campos estéreis.
- ③ Envasamento e garroteamento
- ④ Ponto lateral em fíbula distal E + diâmetro por plano
- ⑤ Localização do foco de fratura + redução nos eixos distais
- ⑥ Fixação com placa 1/3 tubular + 6 parafusos corticais
- ⑦ Fechamento por plano
- ⑧ Curat. ocin
- ⑨ Tal qual
- ⑩ GNC: SRA

DATA: 23 / 01 / 77

Francis Lima de Vasconcelos
MR ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA
CRM-SE 3911

SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO DE SERGIPE
SERVIÇO DE ORTOPÉDIA E TRAUMATOLOGIA
PRESCRIÇÕES DIÁRIAS

DATA: 23 / 07 / 2016.

° DIH

NOME: Carlos Roberto Menezes Alves

DIAGNÓSTICO (S): Fratura de molécula lateral E

Medicamentos (Princípio ativo + Concentração)	Horários de Administração
1º. Dieta Livre, VO, assim que bem acordado	SND
2º. Gelco Salinizado	
3º. Kefazol 1 g EV 8/8hs ou Keflin 1 g EV 6/6hs	3x 24 06
4º. Gentamicina 240mg + SF 0,9% 200 ml EV 1x dia SUSP	Suspensão
5º. Dipirona 2ml + 8 ml AD EV ou Paracetamol 40gts VO 6/6hs	3x 24 06
6º. Nausebron 8mg EV 08/08hs SOS	SOS
7º. Omeprazol 40mg EV ou VO às 6hs	
8º. Tramal 100mg + 100 ml SF 0,9% EV ou VO 8/8hs	2x 06
9º. Profenid 100mg + 100ml SF 0,9% EV 12/12hs	2x 04
10º. Captopril 25mg VO 8/8hs se PAS > 180 mmHg e PAD > 110 mmHg SOS	2x 04
11º. Clexane 40mg SC 1 x dia ou Heparina 5000UI SC 2 x dia	SOS
12º. Dextro 6/6hs	3x 24
13º Insulina Regular SC, após o dextro. 201 - 250: 02UI 251 - 300: 04UI 301 - 350: 06UI 351 - 400: 08UI > ou = 401: 10UI	
14º. Curativos Diários 1 x dia	
(x) SF 0,9% + Gazes Seca	() SF 0,9% + Gazes Algodoadas
15º SSVV + Cuidados	
16º Solicito RX de tornozelo E	

André Santos
Ortopedista
CRM/SE 176.806

Daniel M. Oliveira
Ortopedista
CRM/SE 176.806

17 MAI 2016

Dr. Lays Cavalcante de Souza
Ortopedista e Traumatologista
CRM/SE 176.806

Médica



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

1ª VARA CÍVEL DE ARACAJU DA COMARCA DE ARACAJU
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201910100877

DATA:

18/06/2019

MOVIMENTO:

Conclusão

DESCRIÇÃO:

{Via Movimentação em Lote nº 201900979}

LOCALIZAÇÃO:

Juiz

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

1ª VARA CÍVEL DE ARACAJU DA COMARCA DE ARACAJU
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201910100877

DATA:

25/06/2019

MOVIMENTO:

Juntada

DESCRIÇÃO:

Juntada de Petição Avulsa do Advogado/Procurador/Defensor/Promotor PAULO HENRIQUE DE AMORIM THIESEN (8178-SE) ao processo eletrônico. Protocolizado sob nº 20190624093800156 às 09:38 em 24/06/2019.

LOCALIZAÇÃO:

Juiz

PUBLICAÇÃO:

Não

EXCELENTÍSSIMO JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DE ARACAJU, ESTADO DE SERGIPE.

Processo n. 201910100877.

CARLOS ROBERTO MENESES ALVES, vem, através desta, apresentar breve

MANIFESTAÇÃO C/C REQUERIMENTO

para informar que seu patrono outorgado¹, e que a esta subscreve, ainda não está cadastrado ao presente processo em epígrafe, portanto, requer sua vinculação², com a respectiva realização de todas as intimações e atos processuais também em seu nome, sob pena de nulidade, nos termos da lei.

Termos em que, pede deferimento.

Aracaju/SE, 24/06/2019.



Paulo Thiessen.
OAB/SE 8.178.

¹ Procuração já constante nos autos.

² Para que figure em conjunto com a advogada já cadastrada.



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

1ª VARA CÍVEL DE ARACAJU DA COMARCA DE ARACAJU
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201910100877

DATA:

09/07/2019

MOVIMENTO:

Despacho

DESCRIÇÃO:

Inicialmente, defiro a gratuidade processual. A petição inicial encontra-se em ordem, não é caso de improcedência liminar dos pedidos e o direito em que se baseia a pretensão não veda a autocomposição. Nesse aspecto, embora o autor indique na peça desinteresse, nos termos em que restou consagrado no NCPC, apenas se inviabiliza a tentativa de conciliação/mediação ...se ambas as partes manifestarem, expressamente, desinteresse na composição consensual... (art. 334, §4º, I). Então, há de se aguardar, mais na frente, eventual pronunciamento do requerido nesse mesmo sentido, mesmo porque o legislador estabeleceu que o Estado promoverá, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos (art. 3º, §2º), daí os investimentos em políticas públicas que atende a postulados que emanam da própria CF, inclusive a cargo dos tribunais (art. 165, caput, do CPC). Assim, diante da clareza dos preceitos em questão, não há de se tolerar, apenas por deliberações individualistas, obstáculos prévios a que, pelo menos, se tente a resolução dos conflitos por esses meios de pacificação que se sabe social e economicamente mais eficazes, a menos, claro, que a outra parte também siga na mesma toada, e aí não tem jeito. (...)

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Sim



Poder Judiciário do Estado de Sergipe
1ª Vara Cível de Aracaju

Nº Processo 201910100877 - Número Único: 0031657-23.2019.8.25.0001

Autor: CARLOS ROBERTO MENESES ALVES

Réu: SEGURADORA LIDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT

Movimento: Despacho >> Concessão >> Assistência Judiciária Gratuita

Inicialmente, defiro a gratuidade processual.

A petição inicial encontra-se em ordem, não é caso de improcedência liminar dos pedidos e o direito em que se baseia a pretensão não veda a autocomposição. Nesse aspecto, embora o autor indique na peça desinteresse, nos termos em que restou consagrado no NCPC, apenas se inviabiliza a tentativa de conciliação/mediação “...se ambas as partes manifestarem, expressamente, desinteresse na composição consensual...” (art. 334, §4º, I). Então, há de se aguardar, mais na frente, eventual pronunciamento do requerido nesse mesmo sentido, mesmo porque o legislador estabeleceu que “o Estado promoverá, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos” (art. 3º, §2º), daí os investimentos em políticas públicas que atende a postulados que emanam da própria CF, inclusive a cargo dos tribunais (art. 165, caput, do CPC). Assim, diante da clareza dos preceitos em questão, não há de se tolerar, apenas por deliberações individualistas, obstáculos prévios a que, pelo menos, se tente a resolução dos conflitos por esses meios de pacificação que se sabe social e economicamente mais eficazes, a menos, claro, que a outra parte também siga na mesma toada, e aí não tem jeito.

Nestas condições, nos termos do disposto no art. 334, §4º, I, do CPC, encaminhe-se os autos à CEJUSC para designação de audiência de conciliação ou de mediação, citando a requerida para nela comparecer, intimando-se o primeiro, na pessoa de seu advogado, via DJe, para a mesma finalidade. Advertir as partes de que deverão estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos, bem como que o não comparecimento injustificado será considerado ato atentatório à dignidade da justiça, sujeito a aplicação de multa. Não havendo acordo, deverá ser oferecida contestação no prazo de 15 (quinze) dias, contado este, nas situações do art. 335, I, do CPC, na forma descrita no Enunciado nº 122, da II Jornada de Direito Processual Civil do STJ/CJF/ENFAM. Ainda sobre a tentativa de conciliação, caso a requerida, como dito, igualmente não tenha interesse, *previamente* deve informar isso por petição nos autos, no prazo de 10 (dez) dias, quando então não será realizada a audiência, ciente de que o termo inicial do prazo para contestar será o do protocolo do pedido de cancelamento da assentada. Intimem-se.



Documento assinado eletronicamente por **ISAAC COSTA SOARES DE LIMA, Juiz(a) de 1ª Vara Cível de Aracaju**, em **09/07/2019, às 09:37:02**, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos, mediante preenchimento do número de consulta pública **2019001687176-02**.



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

1ª VARA CÍVEL DE ARACAJU DA COMARCA DE ARACAJU
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201910100877

DATA:

09/07/2019

MOVIMENTO:

Audiência

DESCRIÇÃO:

Audiência de Conciliação/Mediação - Art 334 do CPC para o dia 08/08/2019, às 07h:15min, a ser realizada no(a) Fórum Gumersindo Bessa, na sala de audiências do CEJUSC PROCESSUAL: [PR FGB] Pauta Conciliação PROCESSUAL 02.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

1ª VARA CÍVEL DE ARACAJU DA COMARCA DE ARACAJU
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201910100877

DATA:

11/07/2019

MOVIMENTO:

Ato Ordinatório

DESCRIÇÃO:

Considera(m)-se intimada(s) a(s) parte(s) autora através de seu(s) patrono(s), via DJE, em conformidade com o art. 334, § 3º do novo CPC, da audiência a ser realizada.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Sim



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

1ª VARA CÍVEL DE ARACAJU DA COMARCA DE ARACAJU
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201910100877

DATA:

11/07/2019

MOVIMENTO:

Certidão

DESCRIÇÃO:

Carta confeccionada.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

1ª VARA CÍVEL DE ARACAJU DA COMARCA DE ARACAJU
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201910100877

DATA:

11/07/2019

MOVIMENTO:

Expedição de Documento

DESCRIÇÃO:

Mandado de número 201910102881 do tipo (NCPC) - Mandado Citação e Intimação - Procedimento Comum - audiência [TM4145,MD150]

{Destinatário(a): SEGURADORA LIDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT}

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE
1ª Vara Cível de Aracaju
Av. Pres. Tancredo Neves, S/N
Bairro - Capucho Cidade - Aracaju
Cep - 49080-901 Telefone - (79)3226-3607

Normal(Justiça Gratuita)



201910102881

PROCESSO: 201910100877 (Eletrônico)
NÚMERO ÚNICO: 0031657-23.2019.8.25.0001
NATUREZA: Procedimento Comum
REQUERENTE: CARLOS ROBERTO MENESES ALVES
REQUERIDO: SEGURADORA LIDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT

CARTA DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO

Prezado(a) Senhor(a),

Através da presente, fica Vossa Senhoria **CITADO(A)** para a audiência de Conciliação ou de Mediação na forma do Art. 334, para a finalidade abaixo transcrita.

Finalidade: Comparecer a este Juízo para audiência de Conciliação ou de Mediação, de acordo com Arts. 334 e 344 do CPC. Não havendo autocomposição, o prazo para a contestação, 15 (quinze) dias, será contado na forma do Art. 335 do CPC. Fica advertido(a) que deverá comparecer a referida audiência acompanhado(a) de advogado(a) ou defensor(a) público(a).

Despacho: Inicialmente, defiro a gratuidade processual. A petição inicial encontra-se em ordem, não é caso de improcedência liminar dos pedidos e o direito em que se baseia a pretensão não veda a autocomposição. Nesse aspecto, embora o autor indique na peça desinteresse, nos termos em que restou consagrado no NCPC, apenas se inviabiliza a tentativa de conciliação/mediação ...se ambas as partes manifestarem, expressamente, desinteresse na composição consensual... (art. 334, §4º, I). Então, há de se aguardar, mais na frente, eventual pronunciamento do requerido nesse mesmo sentido, mesmo porque o legislador estabeleceu que o Estado promoverá, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos (art. 3º, §2º), daí os investimentos em políticas públicas que atende a postulados que emanam da própria CF, inclusive a cargo dos tribunais (art. 165, caput, do CPC). Assim, diante da clareza dos preceitos em questão, não há de se tolerar, apenas por deliberações individualistas, obstáculos prévios a que, pelo menos, se tente a resolução dos conflitos por esses meios de pacificação que se sabe social e economicamente mais eficazes, a menos, claro, que a outra parte também siga na mesma toada, e aí não tem jeito. (...)

Data e horário da audiência: 08/08/2019 às 07:15:00, **Local:** Fórum Gumersindo Bessa, na sala de audiências do CEJUSC PROCESSUAL: [PR FGB] Pauta Conciliação PROCESSUAL 02.

Advertência: O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado.

Qualificação da parte ré:

Nome: SEGURADORA LIDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT
Residência: Rua Senador Dantas, 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, 74
Bairro: Centro
CEP: 20031205
Cidade: Rio de Janeiro - RJ - RJ

Ilmº (a) Sr(a)

Nome: SEGURADORA LIDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT
Residência: Rua Senador Dantas, 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, 74
Bairro: Centro
CEP: 20031205
Cidade: Rio de Janeiro - RJ - RJ

[TM4145, MD150]



Documento assinado eletronicamente por **Kátia Sampaio Barros, Escrivão/Chefe de Secretaria/Secretário/Subsecretário de Central de Processamento Eletrônico**, em **11/07/2019, às 11:05:09**, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos, mediante preenchimento do número de consulta pública **2019001713631-68**.